

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações através do memorando nº192/2021/LICSEFAS, acerca da possibilidade de realização de licitação em lote único para os serviços de manutenção de veículos e fornecimento de peças.

É o relato

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A licitação por itens, nas precisas palavras de Marçal Justen Filho, “consiste na concentração, em um único procedimento, de uma pluralidade de certames, de que resultam diferentes contratos. A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas conjugadamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos”. Continua ensinando que “a licitação por itens deriva do interesse em economizar tempo e recursos materiais da Administração Pública, agilizando a atividade licitatória”.

Em geral, argumentam que a licitação por lote único é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, entretanto, não obstante sejam argumentos defensáveis, são insuficientes, por si só, para justificar a licitação por lote único, em consonância com o que dispõe o artigo 23, § 1º, da Lei 8666/93, in verbis:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

“As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”.

Na esteira desse entendimento, foi publicada a Súmula no 247 do TCU, que estabeleceu que: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

Assim, nas hipóteses de licitação com diversidade de serviços, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto. O TCU, no Acórdão no 732/2008, se pronunciou no sentido de que “a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto”.

A licitação em conteúdo é a de serviços de manutenção de carro e fornecimento de peça, sendo serviços que guardam relação direta, e portanto, a agregação de ambos os serviços tarará eficiência e economicidade ao certame, da mesma forma o TCE/MG decidiu nos autos nº 932885, senão vejamos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

“Entende esta Unidade Técnica, s.m.j., que descabe razão à denunciante quanto à irregularidade na disposição dos lotes, que incluem fornecimentos de peças e prestação de serviços mecânicos, vez que os serviços de manutenção de veículos e o fornecimento de peças guardam relação direta de continuidade, e desta forma a execução de ambas as atividades por uma única empresa contratada pode agregar ganho de eficiência no gerenciamento do contrato, traduzindo-se em economicidade para a Administração em termos de melhor execução contratual.”

Em acórdão exarado em 16 de maio de 2012, o Tribunal de Contas da União decidiu pelo indeferimento de pedido análogo, por considerar que a reunião dos itens em um único lote, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade (Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge). É prática comum na administração pública quando se trata de serviços similares.

Desta forma, usando o entendimento exarado por nossa Corte Superior de Contas, a contratação completa em lote único, neste caso, traz mais vantagens e benefícios para a Municipalidade, ao mesmo tempo que garante melhores condições para a realização dos serviços em questão com qualidade sem sofrer problemas de continuidade

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria do Município opina pela possibilidade de realização de licitação em lote único para os serviços de manutenção de veículos e fornecimento de peças por ser o mais vantajoso para a administração pública.

Cataguases (MG) 31 de maio de 2021.

Bernardo V. Salgado

Bernardo Valverde Salgado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

OAB 195032

Coordenador Técnico I